



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Fone: (38) 3543-1225/1224

Email: [prefeitura@gouveia.mg.gov.br](mailto:prefeitura@gouveia.mg.gov.br) / [gabinete@gouveia.mg.gov.br](mailto:gabinete@gouveia.mg.gov.br)

## DECISÃO ADMINISTRATIVA / PARECER

### IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PAL n.º: 020/2021

Pregão Presencial n.º: 009/2021

OBJETO: Contratação de empresa para assessoria administrativa em Licitações, conforme especificações constantes do anexo I, do edital.

#### I. ESCORÇO FÁTICO

Trata-se o presente expediente de impugnação ao Edital de Pregão Presencial n.º: 009/2021, cujo objeto é o "Contratação de empresa para assessoria administrativa em Licitações", com previsão de julgamento do respectivo certame em 12 (doze) de fevereiro de 2021, apresentado pelo Senhor Rodrigo Nunes Rabelo, inscrito no CPF sob o nº 062.391.126-40.

A Impugnante sustenta, em síntese, a necessidade de reparar o edital e possibilitar a participação de pessoa física e ainda que a exigência de registro no CRA é restritiva:

*"(...)impedem a participação de pessoas físicas/profissionais amplamente capacitados."*

*"(...) 9.1.3.2 a) a1 onde solicita qualificação técnica do profissional a formação em administração de empresas, devidamente registrado na entidade profissional competente. Essa exigência editalícia impossibilita a participação das empresas que não possuem sócios ou funcionários com formação em administração, mas que podem possuir formação em direito, ciências contábeis, e outras formações acadêmicas, que atendem a todas as exigências deste edital, capacitadas e interessadas no certame, o que vai contra a lei 8666/93, que trata das licitações públicas."*

A impugnante apresenta argumentos para sustentar sua tese.

Requeru, assim, a retificação do edital no sentido de:

*"a) Seja recebida a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, sendo julgada PROCEDENTE pela Senhora Pregoeira;*

*b) Requer, ainda, que os itens do edital supracitados nesta impugnação passem por alterações no tocante a permitir que pessoas físicas com formação em outras áreas não somente administração de empresas, como direito, ciências contábeis, etc, também possam concorrer a licitação, deixando de direcionar o edital e, portanto, de dar exclusividade a empresas, sendo necessário, para tanto, a publicação de nova data para a realização do Pregão, ampliando a participação de empresas e pessoas físicas."*

Josyane Gomes  
Pregoeira / Presidente CPL  
Prefeitura Municipal de Gouveia



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Fone: (38) 3543-1225/1224

Email: [prefeitura@gouveia.mg.gov.br](mailto:prefeitura@gouveia.mg.gov.br) / [gabinete@gouveia.mg.gov.br](mailto:gabinete@gouveia.mg.gov.br)

Em epítome, é o que se depreende. Passamos a manifestar.

## II. DOS FUNDAMENTOS

*Ab initio* cumpre, antes de adentrarmos ao mérito propriamente dito da impugnação carreada nos autos do Processo Administrativo Licitatório ora epigrafado, faz-se necessário, ainda que brevemente, expor acerca dos princípios que regem a matéria a ser tratada neste procedimento licitatório, o qual chamamo-nos a atenção ao disposto pelo artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988, *verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Vislumbra-se pela base principiológica disposta pela Constituinte de 1988 que o instrumento editalício em vertente observara o princípio da competitividade, ao passo que **na impugnação ofertada em vertente qualquer alegação de restrição ao caráter competitivo em vertente**, o que se afigura como legítimo a ponto de selecionar a proposta mais vantajosa à Administração.

O Conselho Regional de Administração zelando pelo cumprimento do Código de Ética do Administrador e da legislação federal, está fiscalizando os órgãos públicos municipais, estaduais e federais para averiguar e combater o exercício irregular da profissão.

A Lei nº 4.769, conhecida como a Lei do Administrador, determina que serão obrigatoriamente registrados nos CRA's empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades de administrador. **Em relação aos profissionais, a lei determina que somente poderão exercer a profissão de Administrador os que estiverem devidamente registrados nos conselhos.**

Josyane Gomes Silva  
Pregoeira / Presidente CPL  
Prefeitura Municipal de Gouveia





## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Fone: (38) 3543-1225/1224

Email: [prefeitura@gouveia.mg.gov.br](mailto:prefeitura@gouveia.mg.gov.br) / [gabinete@gouveia.mg.gov.br](mailto:gabinete@gouveia.mg.gov.br)

Assim, O CRA vem orientando a Administração Pública sobre as contratações que estão sob a tutela do conselho:



**LICITAÇÕES**  
Saiba quais serviços/atividades possuem enquadramento nos campos da Administração

CRA-MG

Ao exigir que as empresas tenham registro no CRA-MG, o Município não está apenas cumprindo a lei, mas também se certificando que estas empresas estejam legalmente habilitadas para o desempenho das atividades contratadas e com a supervisão de um Responsável Técnico, o qual irá responder por qualquer irregularidade na execução do contrato.

Art. 2º, a, b e Art. 15 - Lei 4.769/65  
e Art. 3º e Art. 12 - Decreto 61.934/67

Art. 1º da Lei 6.839/80

**Empresa devidamente habilitada**

Art. 30 Lei 8666/93

EXIJA REGISTRO NO CRA-MG

- da Pessoa Jurídica
- do Responsável Técnico
- dos Atestados de Capacidade Técnica

Dúvidas: (31) 3218-4524 / 3218-4525 @ [fiscalizacao@cramg.org.br](mailto:fiscalizacao@cramg.org.br)

Josyane Gomes Silva  
Prefeita / Presidente CPL  
Prefeitura Municipal de Gouveia



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Fone: (38) 3543-1225/1224

Email: [prefeitura@gouveia.mg.gov.br](mailto:prefeitura@gouveia.mg.gov.br) / [gabinete@gouveia.mg.gov.br](mailto:gabinete@gouveia.mg.gov.br)

## Serviços/atividades que se enquadram nos campos da Administração

- ✓ Locação e fornecimento de mão-de-obra, especializada ou não, para prestação de serviços, asseio e conservação, limpeza, vigilância armada e desarmada (Administração e Seleção de Pessoal/Recursos Humanos);
- ✓ Elaboração de Plano de Cargos e Salários, Desenvolvimento de Pessoal, Treinamento, Organização de Concurso Público, Administração de Pessoal, Desenvolvimento de Pessoal, Identificação de Performances, Locação e Fornecimento de Mão-de-Obra, Recrutamento, Seleção e Treinamento de Recursos Humanos, Política de Benefícios (Administração e Seleção de Pessoal/Recursos Humanos);
- ✓ Auditoria, Organização de Empresas (Públicas e Privadas), Planejamento Estratégico, Consultoria, Assistência Administrativa, Perícia, ... (Administração Geral);
- ✓ Gerência Administrativa de Processos, Implantação e Controle de Programas e Métodos de Trabalho (O & M);
- ✓ Controle da Qualidade (Administração Geral);
- ✓ Implantação de Estruturas Empresariais, Implantação de Métodos e Processos, Planos, Serviços e Sistemas (Organização e Métodos, Administração Geral);
- ✓ Organização e Implantação de Custos, Pareceres Administrativo-Financeiros, Planejamento, Planos de Racionalização e Reorganização (Organização e Métodos e Administração Financeira);
- ✓ Assessoria Financeira, Assistência Técnica Financeira, Consultoria Técnica Financeira, Diagnóstico Financeiro, Análise, Controle e Prognóstico em Gestão Financeira, Orientação Financeira, Pareceres da Viabilidade Financeira, Controle de Custos, Levantamento de Aplicações de Recursos, Planejamento de Recursos, Projetos de Estudos e Preparo para Financiamento (Administração Financeira);
- ✓ Consultoria e Assessoria de Compras, Estoque e Materiais (Administração de Materiais);
- ✓ Catalogação, Codificação, Controle e Estudos de Materiais (Administração de Materiais);
- ✓ Logística (Administração de Materiais);
- ✓ Planejamento de Compras e Sistemas de Suprimentos (Administração de Materiais);
- ✓ Consultoria Promocional, Marketing, Estudos de Mercados, Planejamento de Vendas, Pesquisa e desenvolvimento de Produto, Organização e Realização de Eventos (Administração Mercadológica).

Em análise ao objeto da licitação, facilmente percebemos que trata-se de serviços que se enquadram no campo da **Administração**, quando se fala em auditoria, planejar, consultoria e assessoria voltados para compras e atividades acessórias específicas de Administração Pública no que tange às licitações públicas.

Josiane Gomes Silva  
Presidente CPL  
Prefeitura Municipal de Gouveia

X





## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Fone: (38) 3543-1225/1224

Email: [prefeitura@gouveia.mg.gov.br](mailto:prefeitura@gouveia.mg.gov.br) / [gabinete@gouveia.mg.gov.br](mailto:gabinete@gouveia.mg.gov.br)

Lado outro, contratação de pessoa física exigiria um custo adicional para o município, vez que a relação entre a municipalidade e o prestador de serviços pessoa física (contribuinte individual) constituiria fato gerador à incidência da contribuição previdenciária devida pelo Empregador (Prefeitura Municipal), equivalente a 20% (vinte e por cento) sobre o valor da prestação de serviços contratada, por imposição do art. 22, III da Lei nº. 8.212/1991.

Outrossim, cabe salientar a manutenção do caráter competitivo das licitações é preceito constitucional, digno de expresso registro para estabelecer exigências de qualificação técnica respaldadas em lei e indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Nesse sentido dispõe o art. 37, XXI, da CR/88:

Art. 37. (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que **assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, **nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

In casu, ao não fazer a exigência dos documentos mencionados pela Impugnante, o Poder Público atua sob o pálio da discricionariedade, dentro do limite do legal e legítimo, cuja atenção desconstitui qualquer caráter frustrante à isonomia ou à competitividade do certame. Com efeito, a Lei nº. 8.666/1993 ou qualquer outra, não impõe a exigência dos documentos mencionados para fins de participação de empresa licitante / interessada em sede de Processo Licitatório, havendo lugar para a discricionariedade nos termos em que estabeleceu o art. 37, XXI da CR/88.

Nesse sentido, o Edital atende a legalidade e estampa a estreita simetria com os princípios gerais da Administração Pública, contidos no artigo 37 da Constituição Federal.

JOSEMAR COMES SILVA  
Presidente do Conselho de Gouveia  
*[Assinatura]*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Fone: (38) 3543-1225/1224

Email: [prefeitura@gouveia.mg.gov.br](mailto:prefeitura@gouveia.mg.gov.br) / [gabinete@gouveia.mg.gov.br](mailto:gabinete@gouveia.mg.gov.br)

Importa referir, ainda, que cabe ao Administrador a tomada de ações que lhe são discricionárias, sempre, e tudo, objetivando o interesse público, jamais o individual. Emerson Garcia, ensina em sua obra “Discricionariedade Administrativa”, 2005, p50, leciona:

“A opção discricionária do administrador deve ser construída a partir da interpretação jurídica não só da norma legal que outorga a sua competência, mas também de todo o conjunto de princípios e normas que constituem o ordenamento jurídico que ela se insere”.

Destarte, não se vislumbra qualquer ilegalidade, impertinência ou imprescindibilidade nos termos do Edital Licitatório Impugnado, no que se relaciona às razões fundamentadas na Impugnação.

Neste diapasão, é remansoso e pacífico o entendimento doutrinário galgado nas sábias afirmações de outros mestres, como Adilson Abreu Dallari, que assim se reporta:

“é inquestionável assistir ao promotor do certame licitatório certa margem de liberdade para estabelecer, no edital, padrões mínimos de idoneidade financeira e técnica” (Aspectos jurídicos da licitação, 2006. P 136)

Em tempo, quanto às alegações que tratam de erro material em minuta de selo para envelope, informo que erro material não traz prejuízo ao entendimento do edital de licitações que trata da necessidade de contratação de empresa devidamente registrada no CRA.

Isto posto, considerando o objeto da contratação e a discricionariedade administrativa, somos pela contratação de empresa devidamente registrada no CRA e que comprove a capacidade técnica através de atestados.

### III. DO DISPOSITIVO

*Ex positis*, considerando os princípios constitucionais ora insculpidos nesta, bem como os disciplinados pela Lei Federal n.º: 8.666/93 e por todos os fundamentos mais elencados acima, **CONHECE-SE da presente impugnação, posto que tempestiva para, no mérito, julgá-la**

Josyane Gomes Silva  
Prefeita / Presidente do CPL  
Prefeitura Municipal de Gouveia



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Fone: (38) 3543-1225/1224

Email: [prefeitura@gouveia.mg.gov.br](mailto:prefeitura@gouveia.mg.gov.br) / [gabinete@gouveia.mg.gov.br](mailto:gabinete@gouveia.mg.gov.br)

**IMPPROCEDENTE** e, conseqüentemente, salutar a desnecessidade de alteração do Edital e a continuidade do referido certame público, promovendo-se as formalidades legais.

Salvo melhor juízo, é a Decisão Administrativa.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Gouveia (MG), 10 (dez) de fevereiro de 2021.

*Josyane Gomes Silva*  
Pregoeira / Presidente CPL  
Prefeitura Municipal de Gouveia

**Josyane Gomes Silva**

**PREGOEIRA**

*Igor F. Monteiro Rocha*  
**Igor Felipe Monteiro Rocha**

**OAB /205.398**

**Assessor Jurídico**

**Igor F. Monteiro Rocha**  
Advogado  
OAB/MG 205.398